

**RESUMOS DE TESES E DISSERTAÇÕES**

**1. Mestre:** FABIO PAULO REIS DE SANTANA

**Título:** ECONOMIA COLABORATIVA E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: Limites e Possibilidades

**Data da Defesa:** 20/06/2018

**Resumo:**A pesquisa trata da economia colaborativa como possibilidade de uso de bens pela perspectiva do compartilhamento, de modo que a propriedade como pressuposto do uso deixa de ser o aspecto central, passando a ter prelação o acesso aos bens, independentemente de quem seja o seu efetivo proprietário. Essa ferramenta encontra ambiente propício por conta da Emenda Constitucional 95, de 15 de dezembro de 2016 (também conhecida como a Emenda do Teto dos Gastos Públicos), que instituiu o novo Regime Fiscal no âmbito do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União pelos próximos 20 (vinte) anos, fixando limites para a despesa pública no âmbito dos Poderes da República. Diante disso, a economia colaborativa desponta como uma via possível para a redução da despesa, ao oferecer novo mecanismo de compartilhamento de recursos públicos, o que permitiria o acesso aos bens necessários à atividade administrativa, sem necessariamente implicar o incremento da despesa. Assim, no primeiro capítulo, buscar-se-á discorrer sobre a economia colaborativa de modo geral, seu conceito e suas características. No segundo capítulo, será abordada a juridicidade da economia colaborativa, conforme o ordenamento jurídico pátrio, versando sobre as possíveis tensões com os princípios constitucionais administrativos e financeiros. No terceiro e último capítulo, tratar-se-á dos entraves jurídicos para a adoção, na prática, da economia colaborativa e possíveis soluções para a superação dessas dificuldades jurídicas.

**Palavras-chave:**Palavras-chave: economia colaborativa, compartilhamento, administração pública, eficiência, economicidade.

**2. Mestre:** BERNARDO MARGULIES CAVALCANTI

**Título:** O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA Um estudo sobre a sua natureza política e jurídica

**Data da Defesa:** 23/10/2018

**Resumo:** O Programa Bolsa Família (PBF) é o objeto central de análise desta dissertação. Trata-se do maior Programa de Transferência de Renda Condicionada (PTRC) do Brasil e figura entre os maiores do mundo. Dados oficiais, relativos a agosto de 2018, revelam que 13,9 milhões de famílias são contempladas pelos benefícios do PBF todos os meses. Apesar de considerados baixos, os valores transferidos ajudam cerca de 46 milhões de pessoas a combater a pobreza ao permitir a concretização dos seus direitos mais básicos. Criado por meio de medida provisória em 2003, o PBF foi convertido em lei no ano de 2004. No entanto, seu arcabouço normativo não o define, do ponto de vista formal, como um direito. Tal fato propicia insegurança jurídica para seus beneficiários e conduz a literatura especializada a formular dúvidas a respeito das suas naturezas política e jurídica. O estudo, então, se encarrega da tarefa de compreender e questionar os argumentos mais relevantes que conduzem a essas incertezas. Desse modo, empreende-se pesquisa qualitativa, de perfil exploratório, com a utilização de técnicas de pesquisa bibliográfica e de análise documental. O trabalho assume um perfil interdisciplinar, que articula Direito, Ciência Política e Sociologia, e se vale, principalmente, do raciocínio indutivo.

**Palavras-chave:** Direito constitucional. Programa de Transferência de Renda Condicionada. Programa Bolsa Família. Naturezas política e jurídica.

### **3. Mestre:** JULIANA DOS SANTOS RODRIGUES

**Título:** ADOLESCENTES EM CONFLITO: UMA ANÁLISE DO CENÁRIO SOCIOEDUCATIVO FLUMINENSE SOB UMA PERSPECTIVA REALISTA

**Data da Defesa:** 06/07/2018

**Resumo:** Com o presente estudo, objetivo fazer uma análise crítica do atual cenário socioeducativo do Estado do Rio de Janeiro e identificar elementos que contribuíram e contribuem para a manutenção da política de encarceramento de adolescentes, em especial nos últimos dez anos. Inicialmente, farei uma breve pesquisa histórica acerca da responsabilização penal dos adolescentes no Brasil a partir do século XIX até o atual quadro normativo. Em seguida, analisarei dados referentes aos autos de apreensão em flagrante, com a finalidade de traçar um perfil de adolescente que mais recorrentemente aparece nos documentos policiais. A partir desse ponto, farei uma investigação estatística também daqueles já submetidos a medidas socioeducativas (internação e semiliberdade) e internação provisória, pontuando comparações. Com a constatação da

grande incidência de medidas em meio fechado no período, parto para um exame jurisprudencial e hermenêutico das disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente e do Sinase sobre o tema. Logo após, com base em relatórios de fiscalização, verificarei a conformidade das unidades de atendimento fluminenses com os atuais parâmetros do Sinase. Por fim, com fundamento na criminologia crítica, serão apontados alguns fatores e decisões políticas que influem no fenômeno do encarceramento juvenil, sendo questionada a própria natureza das medidas socioeducativas e suas reais razões de existir.

**Palavras-chave:**Sistema Socioeducativo, Direito Penal Juvenil, Sinase, Doutrina da Proteção Integral, Política de Drogas.

#### **4. Mestre:** LOYUA RIBEIRO FERNANDES MOREIRA DA COSTA

**Título:**HALUHALUNEKISU À PROCURA POR ALTERNATIVAS DESCOLONIAIS NO BRASIL

**Data da Defesa:**12/12/2018

**Resumo:**O estudo objetiva analisar as epistemologias do Sul como potenciais desmistificadores do direito. Para tanto, indaga-se: o direito é um instrumento utilizado para oprimir ou descolonizar o Sul? É possível uma fundamentação do direito a partir das epistemologias do Sul?; se sim, seria a constituição um instrumento basilar para tanto?; e, ainda, quais cosmovisões poderiam ser trazidas para demonstrar o potencial das epistemologias do Sul para uma quebra paradigmática jurídico-constitucional? A busca por essas respostas evidenciaram os dilemas da modernidade e a necessidade de reavaliarmos elementos que subsidiam a consolidação do projeto de vida moderna. Haluhalunekisu: à procura por alternativas descoloniais no Brasil, aborda um tema baseado na ideia de desvelar as epistemologias dos povos subalternizados, delimitando a análise aos índios Nambiquara, localizados ao Sul de Rondônia e Oeste de Mato Grosso. O viés interdisciplinar possibilitou reflexões, com base no campo sócio-histórico crítico e antropológico, que apontaram a universalização da epistemologia do Norte, por meio da importação de fórmulas constitucionais, revelando uma estratégia colonial e de imperialidade.

**Palavras-chave:**Constitucionalismo. Descolonialismo. Epistemologias do Sul. Haluhalunekisu. Nambiquara.